Senhora Ministra da Saúde, Cara Professora Marta Temido, muito obrigado pela sua presença.

(Cumprimentos)

Estamos unidos por objectivos simples e nobres: melhorar o Serviço Nacional de Saúde e levá-lo a todos os portugueses.

Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde, caro Dr. José Matos Rosa

Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República,

Senhoras e Senhores Representantes dos Partidos Políticos,

Senhoras e Senhores Bastonários e representantes das Ordens Profissionais,

Senhoras e Senhores Presidentes e representantes das entidades oficiais civis e militares, dos Institutos Públicos, do Ministério da Saúde, das universidades e da ciência,

Senhoras e Senhores Presidentes das Confederações Patronais e Associações Sectoriais da saúde, da economia e farmacêutico.

Senhoras e Senhores Presidentes e Representantes das Associações de Doentes,

Caras e Caros associados,

Caras e caros colegas dos órgãos sociais da ANF,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Depois de amanhã, é dia 25 de Abril.

E hoje, ainda trazemos no coração a mensagem de Paz e superação da Páscoa.

O SNS, que o povo português reconhece como uma das melhores obras da Revolução, celebra 40 anos.

Esta feliz composição de factos desperta no meu espírito farmacêutico a palavra "esperança".

Quero partilhar convosco esse sentimento, como se fosse um poderoso medicamento.

Acredito que os portugueses vão viver cada vez mais...

e também cada vez melhor.

Acho possível unirmos esforços para que permaneçam mais anos saudáveis, em lugar de consumirmos todo o nosso tempo a tratar as suas doenças evitáveis.

Vejo-nos, como profissionais de saúde, a lutar para aliviar o nó que sentimos na garganta sempre que chegamos tarde demais a um doente.

Confio que o SNS se vai fortalecer nos próximos 40 anos.

Considero indispensável desenvolver os princípios de universalidade e equidade que presidiram à sua fundação.

Tenho esperança de que não abandonaremos o Interior, nem deixaremos os mais idosos entregues à sua sorte.

Espero ver mais Saúde em todas as políticas: mais Saúde na Economia, mais Saúde na Solidariedade e Trabalho, mais Saúde na Educação, mais Saúde nas Finanças Públicas e mais Saúde na própria Saúde.

Parece-me indispensável aproveitar a energia e os recursos de todos.

Acredito no aprofundamento da boa articulação entre os sectores público, privado e social.

Sei que não aceitaremos ver a Saúde transformada num "reality show" permanente, numa competição de preconceitos, ou num laboratório de experiências exóticas sem qualquer referência internacional.

Meus amigos,

A fé num mundo melhor dá muito trabalho.

Nós, farmacêuticos e proprietários de farmácia, sabemos bem disso.

A nossa rede continua em sofrimento.

Neste momento, 680 farmácias enfrentam processos de penhora e de insolvência, o que corresponde a quase 25% da rede.

As farmácias têm prejuízo para garantirem a dispensa de medicamentos comparticipados pelo Estado.

As mais pequenas, que servem populações isoladas e envelhecidas, não estão a conseguir sobreviver.

A Assembleia da República é hoje fiel depositária das assinaturas de 120 mil cidadãos à petição "Salvar as farmácias, Cumprir o SNS", de longe a maior desta legislatura e uma das maiores da nossa Democracia.

Os portugueses aderiram expressivamente a esta causa porque sabem bem o que está em risco.

Compreendem que esta petição não é uma mera defesa dos interesses corporativos das farmácias ou dos farmacêuticos.

Muitos já sentiram na pele o encerramento maciço de serviços de saúde, escolas, correios e caminhos-de-ferro.

Os nossos concidadãos que resistem nas terras onde já fechou a extensão de saúde, ou que o médico só consegue visitar uma vez por semana, recorrem à farmácia como ponto de socorro.

Afastar as farmácias dessas pessoas seria uma traição aos princípios fundadores do Serviço Nacional de Saúde.

Poderia resolver problemas particulares de algumas farmácias, mas nós só acreditamos na justiça dos nossos interesses quando eles coincidem com os da população que servimos.

O nosso programa é simples e foi subscrito por 120 mil cidadãos:

1. Garantir a igualdade e a equidade de todos os portugueses no acesso aos medicamentos, indispensável à coesão territorial.

2. Atribuir incentivos e melhores condições de funcionamento às farmácias mais frágeis, evitando o seu encerramento.

3. Proibir a concentração de farmácias e a sua instalação dentro dos hospitais.

4. Combater as falhas de medicamentos, garantindo aos doentes o acesso na farmácia a todos os medicamentos receitados pelos médicos.

5. Promover o uso racional dos medicamentos, proibindo qualquer prática que incentive o seu consumo, como os descontos nos medicamentos com preço fixado pelo Estado.

6. Fixar um critério de remuneração igual para todos os agentes do sector do medicamento, que permita uma remuneração justa e adequada do serviço farmacêutico, sem pôr em causa o processo de consolidação das contas públicas.

7. Aproximar os medicamentos das pessoas, promovendo a dispensa na farmácia de medicamentos oncológicos e para o VIH-sida, a vacinação contra a gripe e outras intervenções em saúde pública, com particular atenção aos doentes crónicos.

Senhora Ministra da Saúde,

Meus Amigos,

Renovamos hoje a nossa forma de estar:

Cooperação permanente com os Órgãos de Soberania e todas as profissões da Saúde.

Nunca nos comportamos como donos da razão, nem ambicionamos ter soluções para tudo.

Temos esperança nos próximos 40 anos do SNS porque acreditamos na capacidade de planificação e de agregação de vontades das instituições da República.

Acreditamos que podemos alcançar ganhos reais na saúde dos portugueses porque estamos seguros de que os profissionais vão evoluir como equipa.

Na petição "Salvar as Farmácias, Cumprir o SNS", os portugueses foram claros quanto ao que esperam de nós.

Sempre que isso for clinicamente adequado, estamos prontos para dispensar os medicamentos a doentes oncológicos e com VIH-Sida, libertando-os de viagens desnecessárias pelo país.

Já demos provas, em Loures, de que somos capazes de aumentar a cobertura vacinal contra a gripe, reduzindo a mortalidade, o absentismo e a exposição gratuita dos serviços de urgência.

Somos capazes de formar as nossas equipas para pôr no terreno quaisquer programas de apoio aos idosos e doentes crónicos, como fizemos com grande sucesso no caso dos portadores de ostomias.

Temos condições únicas para implementar programas de proximidade nas farmácias que servem as populações mais isoladas.

Podemos levar o SNS onde ele tem mais dificuldade de chegar.

Não nos cabe, contudo, prescrever os serviços que podemos dispensar aos portugueses.

Agora, é o momento da Assembleia da República e do Governo passarem das palavras aos actos, tomando as medidas que considerem adequadas.

Cabe aos Senhores Deputados encontrar o modelo de farmácia que melhor responde às necessidades dos eleitores.

E cabe ao Governo decidir a rede de farmácias concreta a que os portugueses têm direito.

Para isso, é urgente que o Estado estabeleça com a rede de farmácias um novo e efectivo contrato social, ainda na presente legislatura.

Os portugueses querem soluções concretas para os seus problemas.

As farmácias vão continuar a lutar para sobreviver.

Faremos a nossa parte do trabalho, para cumprir a missão que nos foi atribuída por António Arnaut.

Senhora Ministra da Saúde,

Senhores Deputados,

Caros colegas e amigos,

Têm a minha palavra:

As farmácias vão continuar a ser "A Mão Longa do Serviço Nacional de Saúde".

Muito obrigado.